



Editais nº 1338178
Disponibilização: 20/02/2025
Publicação: 20/02/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua

Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000

Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 119859650

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

ATA DE REUNIÃO Nº 47

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2025

Pauta: Situação da População de Rua no Tremembé.

Participantes Governo: Alcyr Barbin (SMDHC), Karen Barbosa (SMDHC), Aline Oliveira (SMADS), Cristiane Piheiro (SMDDET),

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Adriana Ribeiro, Alexandre Claudio, Gisele Abreu,

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (Fórum da Cidade),

Convidado: Wilherson Carlos (DPESP), Roberta Cristina (SMDHC) Daniela Santiago (SMDHC), Roseli Kraemer, Leandro, Renato (Renatinho), Jennefer, Luciana Stein, Rosana Damas

Às 15:00 horas do dia 29 do mês de janeiro do ano de 2025, no endereço; Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP, 01008-000, no auditório. Reuniram-se os presentes participantes citados acima a fim de discutirem sobre as ações de zeladoria urbana, possíveis violações ou atritos com a população em situação de rua e assuntos relacionados, para melhoria e aperfeiçoamento das ações e serviços.

O Sr. Alcyr Barbin, presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Sra. Roberta Cristina.

Informes: Situação do Tremembé, relatórios anuais, Violência contra mulheres em situação de rua e coleta de denúncias.

Alcyr informou que o link de gravação de reunião permanece ativo por um período de aproximadamente 30 dias, após o qual o conteúdo é apagado pela Microsoft. Ele expressou o desejo de que todos tenham tido uma transição de ano tranquila e um bom começo de ano, destacando a importância de se recuperar das dificuldades do ano anterior.

Normalmente, a reunião começa com a apresentação da pauta, e Alcyr propôs que a pauta fosse Aline que falasse, por conta da outra reunião a mesma não ter conseguido falar. Ele mencionou que não tinha verificado se a SMADS havia consolidado algum relatório, mas se Aline tivesse algum relatório para apresentar, haveria espaço para isso, visto que no mês passado, ela não teve a oportunidade de apresentar.

Alcyr destacou que, embora não fosse uma questão diretamente relacionada à zeladoria urbana, a

Coordenação gostaria de fazer um informe sobre a atuação no caso do Tremembé. Ele também sugeriu a apresentação dos relatórios anuais do subcomitê, mencionando que eram documentos extensos.

Aline Fernanda (SMADS) atualizou que, no dia 18 de dezembro, apresentou o relatório referente ao mês de outubro, uma vez que os relatórios são sempre apresentados com base no mês anterior.

Portanto, hoje ela deveria apresentar os relatórios de novembro e dezembro. Aline destacou que seria relevante mencionar que houve uma mudança na equipe, com Diana em transição, e que a equipe atual está reduzida. Ela explicou que, devido a essa redução, há um grande acúmulo de pautas, mas que ela realizou toda a sistematização dos relatórios por meio do processo re-
cesso.

No entanto, ela não conseguiu compilar todas as informações no formato completo de relatório para apresentar, mas possui os principais dados. Aline sugeriu que, caso os membros do comitê considerem relevante, ela poderia trazer essas informações para discussão. Além disso, mencionou que houve algumas atualizações em relação a normas técnicas, incluindo a finalização de uma norma relacionada ao SEAS.

Aline se comprometeu a finalizar os dois relatórios até sexta-feira e enviá-los ao coletivo, pedindo desculpas pela demora e reconhecendo que não foi possível concluir os documentos a tempo.

Alcyr retomou a fala informando sobre a situação no Tremembé, destacando que todos que trabalham com essa temática provavelmente acompanharam as notícias sobre a expulsão da população em situação de rua na região, que ocorreu por volta do dia 10 de janeiro, com o uso de violência. O episódio aconteceu em uma terça-feira, e na sexta-feira seguinte, a coordenação do PopRua, junto com a Ouvidoria de Direitos Humanos, realizou uma ação de busca ativa das pessoas afetadas, mas não encontraram muitas pessoas no local. Durante a ação, foram divulgados os serviços disponíveis para quem desejasse denúncia, incluindo o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, que ofereceu acolhimento entre as 8h30 e meia-noite.

Alcyr mencionou que, embora não tenha resultados definitivos sobre a ação, uma vez que ele não faz parte da cadeia hierárquica do serviço, houve várias reuniões com o Ministério Público, a Secretaria de Direitos Humanos, o Fórum da Cidade e movimentos sociais para discutir o ocorrido. Ele ressaltou que, no âmbito do caso concreto, o procedimento segue em andamento, e o serviço de apoio está identificando as vítimas dentro da rede de atendimento. O acolhimento, conforme explicado, não significa necessariamente encaminhamento a um centro de acolhida, mas envolve escuta, orientação e cuidados de saúde quando necessário.

Alcyr ainda destacou que, caso alguém queira registrar denúncia, o apoio será fornecido para estruturar e encaminhar a denúncia, além de realizar o devido monitoramento. O Ministério dos Direitos Humanos acionou o Ministério Público sobre o caso. Alcyr expressou preocupação com a possibilidade de a mídia tornar esse tipo de ação repetitivo em outras regiões da cidade. Alcyr apontou que a questão não é apenas jurídica, mas cultural, mencionando a dificuldade de mudar a percepção da população local sobre as pessoas em situação de rua. Ele observou que o conflito frequentemente ocorre quando a prefeitura abre serviços, mas a comunidade ao redor impede seu funcionamento. Finalizou sugerindo que, em algum momento, seria necessário realizar outros fóruns para aprofundar a discussão sobre políticas de prevenção dessa violência.

Aline (SMADS) complementou, informando que, como parte da proteção especial, a Secretaria tem realizado alinhamentos com o CREAS do território do Jaçanã, nos meses de novembro e dezembro. Embora a violência que eclodiu no início deste ano não tenha sido inicialmente uma

demanda desse território, a subprefeitura do Jaçanã já demonstrava preocupação com o crescente uso de substâncias no local. Ela explicou que no Tremembé, ao contrário de regiões como a Mooca, possui uma densidade muito menor de pessoas em situação de rua. Além disso, o território de Tremembé tem um CREAS, mas não possui um Centro POP. Esse foi um ponto de reflexão importante no diálogo com os serviços, que começaram a perceber uma mudança no perfil da população em situação de rua, com um aumento de pessoas que fazem uso de substâncias.

Aline mencionou que, como parte dos alinhamentos técnicos, foram feitos ajustes nas abordagens, principalmente para lidar com esse novo perfil da população. Ela destacou que o CREAS de Vila Maria tem prestado apoio ao território, mas que seria relevante considerar a criação de um serviço específico para o Jaçanã, dada a crescente demanda. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas na implementação de serviços em certos territórios, especialmente em áreas onde a população se opõe à instalação de serviços voltados para a população em situação de rua, como é o caso da Vila Maria. Mencionou que a resistência dos moradores tem sido um obstáculo recorrente, inclusive para a criação de centros de acolhida e centros de acolhida específicos para mulheres.

Além disso, compartilhou uma preocupação sobre a movimentação de pessoas vindas de outras regiões, incluindo do interior, que são direcionadas para o território e acabam intensificando os problemas locais. Ela concluiu reforçando que a assistência social tem buscado alinhar esforços com os territórios para oferecer soluções técnicas adequadas a esse novo cenário e ao perfil emergente da população em situação de rua.

Alcyr concluiu o assunto mencionando que é importante reconhecer a entrada da Defensoria Pública no processo, destacando a relevância dessa colaboração. Mencionou que, no ano passado, houve uma grande transição na Coordenação, com a troca de toda a equipe, o que causou um impacto significativo. No entanto, ao longo do ano, foram adotadas algumas práticas importantes, como a realização de formações, que permitiram um sistema no qual as prefeituras poderiam agendar as formações de maneira passiva. Em 2024, foram realizadas 12 formações, atingindo 193 participantes, com prefeituras de diversos territórios, como Lapa, Tucuruvi, Ipiranga, Pirituba, Brasilândia, Perus, Mooca, Penha e Ermelino Matarazzo.

Além disso, foi implementada uma prática inovadora de buscas ativas em algumas regiões e casos, incluindo visitas à Cracolândia e ao entorno do Parque Dom Pedro até o Glicério. Nessas ações, foi possível conversar com a população em situação de rua, que relatou diversas situações, principalmente em relação à zeladoria urbana, sugerindo que o enfrentamento e a prevenção desses problemas devem ser aprimorados. Também foi identificado que, muitas vezes, a resolução de problemas está ligada à melhoria nos tempos de resposta das ações.

Alcyr mencionou que a Coordenação consolidou um relatório sobre a atuação do Grupo de Trabalho (GT), mas sugeriu que, ao invés de ler o relatório na reunião, seria mais eficaz compartilhar o link para que os membros pudessem fazer comentários e edições antes da publicação. Ele fez uma síntese das conclusões, que incluíam a revisão das práticas operacionais, a presença de equipes multidisciplinares durante as operações, a proibição da destruição de pertences pessoais e o uso proporcional da força. Além disso, destacou a importância de garantir a inclusão de mulheres e famílias na rede de atendimento e a implementação de protocolos operacionais adequados.

Alcyr também mencionou a necessidade de promover ajustes no decreto atual de São Paulo, levando em consideração as decisões da ADPF 978 no STF, que definem alguns pontos de maneira mais clara do que a normativa atual. Ele então abriu a discussão sobre as propostas de

atuação do GT para este ano, convidando os conselheiros a refletirem sobre o que funcionou no ano passado, o que não funcionou e para onde os esforços devem ser direcionados em 2025.

Alcyr solicitou que as falas fossem mantidas dentro de 3 minutos para que todos tivessem a oportunidade de contribuir.

Roseli Kraemer iniciou sua fala destacando a importância de discutir questões cruciais neste novo ano do GT. Ela enfatizou que a redução de danos deve ser uma prioridade, especialmente dentro dos equipamentos de acolhimento. Apontou como preocupante a situação das mães que estão em uso de substâncias psicoativas e acabam abandonando seus filhos dentro dos equipamentos, deixando-os sozinhos. Ela considerou essa prática como um tipo de violência e abandono, que precisa ser discutido amplamente, principalmente com a gerência desses serviços. Roseli sugeriu que uma ação permanente de redução de danos e de mediação de conflitos dentro dos equipamentos poderia ajudar a mitigar diversos problemas, incluindo a retirada das crianças dessas mães, garantindo mais cuidado e acompanhamento.

Além disso, ela abordou a violência nas ruas, com a qual as mulheres em situação de rua estão constantemente sujeitas, destacando a ausência de segurança em determinadas áreas. Mencionou também o abandono da cidade em relação à infraestrutura, especialmente nas periferias, e criticou a prática de retirar pertences da população em situação de rua durante ações de zeladoria, principalmente em tempos de chuvas e inundações. Ela ressaltou que a cidade está passando por um novo momento, mas com uma estrutura urbana obsoleta que não atende às necessidades da população vulnerável.

Roseli também comentou sobre os desafios enfrentados em áreas como a Cracolândia e o entorno do Parque Dom Pedro, que considerou lugares "terríveis" e com uma situação muito grave. Ela trouxe a reflexão de que esses problemas não estão restritos a essas regiões, mencionando que em outras periferias, como onde ela mora, o cenário também está se agravando. Relatou que há um aumento do uso de substâncias nas calçadas durante a noite, criando uma "Nova Cracolândia" nas avenidas da sua área. Ela finalizou sua fala reforçando que é urgente discutir essas questões e encontrar soluções eficazes. Também questionou o gerenciamento dos equipamentos, criticando a prática de transferir pessoas acusadas de abuso infantil de um equipamento para outro dentro da mesma rede, sem que medidas adequadas sejam tomadas. Roseli enfatizou a necessidade de que esses temas sejam colocados em pauta com urgência.

Rosana Damas iniciou sua fala relatando uma situação pessoal de vulnerabilidade, mencionando que estava na rua desde o dia 21 e questionando o relatório apresentado, o qual ela considerou como falso. Ela explicou que, embora tenha sido estudante da USP como aluna especial, esse fato foi ignorado no relatório. Rosana também afirmou que participa da Ordem Franciscana e de diversas outras atividades, mas que essas informações também foram omitidas. Ela relatou ter sofrido importunação sexual em São Miguel Paulista e que, apesar de ter feito a denúncia à Defensoria Pública e ao Ministério Público, suas queixas não foram acatadas. Em sua fala, Rosana mencionou que a Defensoria Pública não incluiu no relatório nenhuma estratégia de formação sexual, apesar de ela mesma ter enfrentado diversas situações de violência e abuso.

Rosana continuou sua fala mencionando a falta de apoio das autoridades, especialmente quando se trata da violência contra as mulheres em situação de rua, citando o caso de uma mulher com criança pequena sendo deixada na rua. Ela ressaltou a necessidade urgente de ação, afirmando que a vida humana está sendo tratada como descartável, e pediu que as providências fossem tomadas imediatamente, em vez de serem apenas registradas em papel. Além disso, mencionou a dificuldade em registrar boletins de ocorrência, inclusive relatando uma experiência em que o delegado não quis registrar um boletim de ocorrência, apesar de ter provas. Ela criticou ainda a

falta de ação efetiva das autoridades, apontando a politicagem no tratamento das questões relacionadas à população em situação de rua e à violência.

Rosana concluiu enfatizando que a Defensoria Pública e o judiciário devem ter uma reação imediata e que as pessoas em situação de vulnerabilidade não podem ser tratadas dessa forma, sem a devida proteção e respeito aos seus direitos humanos.

Alcyr agradeceu a fala de Rosana e, em seguida, voltou a abordar o tema das ações do comitê. Ele mencionou que a solicitação apresentada por Rosana seria reforçada e destacou a importância de continuar o trabalho, talvez com sugestões de pessoas que mais acompanham a situação da população em situação de rua. Alcyr também expressou a intenção de dar continuidade ao debate e ao planejamento das ações para o futuro.

Wilherson Carlos trouxe pontos importantes sobre a adequação de documentos e estratégias relacionadas à zeladoria, portarias e ações de repressão, com foco nas políticas públicas de abordagem das pessoas em situação de rua. Ele sugeriu a criação de um material de orientação para os responsáveis pelos territórios mais críticos, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade, como a Cracolândia, destacando a importância de uma gestão mais efetiva, com a atuação de diferentes órgãos como a guarda civil metropolitana e a equipe de zeladoria.

Wilherson também mencionou a relevância de documentar e orientar sobre as ações de zeladoria e de segurança pública, com base em protocolos legais, como a ADPF, e propôs que esse material seja enviado para os responsáveis locais, com a assinatura de recebimento e compromisso em repassar as informações. Ele ainda defendeu a continuidade das formações e o mapeamento de territórios críticos para garantir que as intervenções sejam feitas de maneira mais sensível e alinhada com a legislação vigente. Esse tipo de diálogo é fundamental para ajustar estratégias e melhorar a abordagem das questões complexas envolvendo a população em situação de rua, zeladoria e segurança pública.

Alcyr trouxe a discussão para um ponto importante, destacando que, no momento, não há uma minuta de decreto pronta, mas sim um relatório do subcomitê de zeladoria urbana, com propostas de mudanças nas normativas. Ele mencionou que uma das possíveis atuações seria promover a adequação normativa, alinhando as ações de zeladoria e segurança pública. Ele também sugeriu que seria interessante produzir um material de orientação para consolidar essas informações e alinhar a prática da zeladoria com a legislação vigente, através de formações ou publicações que ajudem os responsáveis locais a compreender melhor as ações e seus limites.

Além disso, ele perguntou aos conselheiros como avaliam as ações de visitas a territórios e busca ativa, buscando feedback sobre a efetividade dessas abordagens e possíveis melhorias.

Esse tipo de avaliação das ações é essencial para ajustar as políticas públicas de forma a atender melhor às necessidades da população em situação de rua e garantir que a intervenção seja mais humana e eficiente. A continuidade do diálogo sobre como agir nesses territórios mais críticos é importante para garantir respostas adequadas e assertivas.

Wilherson Carlos Luiz trouxe uma sugestão importante, que é garantir que o material produzido sobre a zeladoria seja enviado diretamente para os responsáveis nos territórios, especialmente para a Guarda Civil Metropolitana. Ele enfatizou a necessidade de confirmar que esses órgãos realmente receberam as informações, o que ajudaria a garantir um controle mais eficaz e possibilitaria uma cobrança mais incisiva das ações realizadas.

Essa sugestão é valiosa, pois além de garantir que as informações cheguem aos responsáveis,

cria um mecanismo de rastreabilidade que pode ajudar a pressionar por uma resposta mais eficiente e dentro dos parâmetros estabelecidos pela normativa. O acompanhamento e a verificação da recepção dessas orientações também são essenciais para monitorar a implementação e ajustá-la quando necessário.

Alcyr continua a trazer uma abordagem mais estruturada, como o processo de envio de documentos e a criação de um acompanhamento por meio de um sistema de cadeia de recebimento. Ele mencionou a experiência positiva de oferecer formações com agendamento online, o que parece ter facilitado o processo de aprendizado para os envolvidos.

Ele também destacou a importância da mediação entre as Secretarias e a população afetada pelas ações de zeladoria, abordando a dificuldade da demora nas denúncias e a perda de bens apreendidos ao longo do tempo. Esse tipo de dificuldade, em que as pessoas afetadas não conseguem reaver os seus pertences ou receber uma indenização devido à falta de clareza e resposta oportuna, é um ponto crítico que precisa ser trabalhado para garantir uma atuação mais eficiente.

A ideia de uma unidade móvel também é interessante, pois permitiria maior proximidade com a população afetada e um acompanhamento mais direto. Em resumo, há uma necessidade de estruturar a comunicação e a resposta das ações de zeladoria para que se tornem mais eficazes e menos sujeitas a falhas, como o extravio de bens e a falta de suporte imediato. Esses pontos são essenciais para aprimorar a atuação e garantir que a resposta seja ágil e eficiente, sem perder de vista a complexidade das situações que surgem no terreno.

Gisele levanta pontos bastante importantes sobre a abordagem da população em situação de rua, especialmente no que diz respeito à falta de acompanhamento contínuo e da falta de infraestrutura de acolhimento. Ela critica a atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) em retirar as pessoas das ruas sem um plano claro para garantir que elas recebam o atendimento necessário, como assistência social e serviços de saúde. Sem o acompanhamento adequado, as pessoas acabam retornando aos mesmos locais, o que revela a ineficácia da abordagem, de acordo com Gisele. Ela também faz uma análise da situação na região da Cracolândia, onde, segundo ela, algumas ações de acolhimento estão sendo feitas de forma mais efetiva, mas ainda faltam soluções contínuas e dignas para essas pessoas. Gisele defende que é necessário um trabalho mais humanizado, com atendimento 24 horas, para que as pessoas em situação de rua realmente consigam sair desse ciclo de vulnerabilidade. Ela também menciona a dificuldade de encaminhamento das famílias para os abrigos e critica a falta de vagas adequadas, uma questão recorrente nas denúncias que chegam a ela.

Gisele continua destacando a ausência de respostas imediatas e adequadas para as necessidades da população em situação de rua. Ela menciona casos como o de dona Rosana, que não está tendo acesso a serviços essenciais, como o hotel social, e questiona a eficácia do atendimento humanizado. Gisele critica também o funcionamento do serviço, especialmente no fim de semana, quando muitos serviços, como o CERAT (Centro de Referência de Atenção ao Trânsito), supostamente não funcionam, o que dificulta ainda mais o atendimento. Ela expressa uma grande frustração com a falta de continuidade e eficácia no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Alcyr informa a Gisele pela segunda vez que os 3 minutos de fala dela excederam

Gisele continua enfatizando que a população está sendo negligenciada, especialmente nas áreas mais afetadas pela falta de apoio efetivo. Ela aponta que o problema não é só de uma região, mas algo que está se espalhando, afetando ainda mais as pessoas em situação de vulnerabilidade. Gisele sugere que os responsáveis, como o governo e as equipes envolvidas, precisam ser mais

atuantes, talvez com maior integração entre os serviços de apoio, para realmente ajudar a população. Ela conclui, destacando que quem realmente sofre com tudo isso é a própria população.

Alcyr direciona a conversa de volta para o tema da zeladoria, perguntando se Gisele tem algo a acrescentar.

Gisele destaca uma situação complexa relacionada ao acolhimento e assistência social. Ela menciona que, embora a população em situação de rua seja removida de certos locais, muitas vezes não há um acompanhamento adequado, como apoio psicológico ou direcionamento eficaz para abrigos, o que leva as pessoas a retornarem para as ruas. Gisele também observa que a abordagem, muitas vezes, é impessoal, sem uma escuta ativa ou identificação das necessidades individuais, como o que levou aquela pessoa àquela situação. Ela também faz um alerta sobre a falta de vagas e a dificuldade no processo de acolhimento.

Alcyr agradeceu à Gisele e em seguida, passou a seguir a pauta da reunião. Ele mencionou que a Aline vai consolidar as informações das equipes e que os Direitos Humanos irão compartilhar com todos uma versão preliminar do relatório, deixando claro que ainda não se trata do relatório final e que poderão ser incorporadas sugestões.

Alcyr também destacou que a pauta para a próxima reunião do GT inclui a discussão sobre as diferenças entre o ADPF e o decreto do prefeito, com a intenção de sugerir mudanças. Ele então fez duas perguntas: se os membros do conselho teriam interesse em marcar alguma visita de busca ativa em um território específico durante o mês, e se alguém do subcomitê gostaria de participar da formação sobre zeladoria agendada para fevereiro.

Aline respondeu afirmando que gostaria de participar da formação, caso fosse possível, e considerou que seria interessante retomar as visitas, destacando que as visitas anteriores, especialmente à região da Cracolândia, foram muito proveitosas. Ela também mencionou que, enquanto representante da SMADS, estava aberta a sentar e conversar sobre a questão, se ainda fosse possível. Aline mencionou que acredita ser válida uma ação na região do Glicério e sugeriu que essa ação poderia continuar em 2025.

Adriana Ribeiro expressou interesse em participar da formação de zeladoria, mencionando que gostaria de fazer parte dessa formação.

Hari informa que também gostaria

Gisele pede para que Alcyr repita a informação e ele informa que perguntou ao grupo se haveria interesse em marcar alguma visita durante o mês, e questionou quais seriam as sugestões de territórios para essas visitas, mencionando que já foram realizadas visitas em locais como a região da Cracolândia e o Parque Dom Pedro, no Glicério.

Adriana Ribeiro sugeriu que seria bastante interessante realizar uma visita na região próxima ao Siate, que também está perto da Casa Porto, pois observou que a área está concentrando um fluxo significativo de pessoas com barracas e carroças, especialmente no Jardim Zinho da calçada. Ela também mencionou que o fluxo está bastante contínuo na região da Cruzeiro do Sul, próxima à Vila Cruzeiro e ao bairro Paris.

Roseli Kraemer comentou que a região da Armênia tem aumentado significativamente, com um uso contínuo das praças e muitos locais sendo ocupados. Ela observou que o fluxo de pessoas na área está bastante grande.

Alcyr sugeriu que, caso não haja objeções, o local será selecionado, e a data será marcada para a

visita.

Jennifer Lee sugeriu a visita à Rua Porto Seguro, próximo à Vila Cruzeiro do Sul, destacando que é uma área de grande fluxo de usuários. Ela mencionou a proximidade de serviços como o Siate, Caps, e a Casa Porto Seguro, que oferece banho e alimentação. Além disso, sugeriu observar também a região, que possui o Abrigo do Olaria e o Abrigo de Mães nas imediações.

Alcyr agradeceu a Jennifer Lee por compartilhar sua experiência, destacando o nome dela no contexto da reunião ou discussão.

Leandro se apresentou, informando que fazia parte do movimento da população de rua e estava participando pela primeira vez do grupo sobre zeladoria. Ele expressou interesse na questão da violência em São Paulo, especialmente no contexto da população em situação de rua. Leandro também perguntou sobre como participar das ações em loco e sugeriu a visita à Praça do Patriarca e à Praça da Sé. Além disso, questionou sobre a existência de grupos específicos, como de WhatsApp, para receber atualizações sobre as ações, além das reuniões mensais.

Alcyr fez uma proposta de organizar as visitas nas regiões sugeridas. Ele mencionou três possíveis locais: a região da Armênia, a Praça do Patriarca e o Minhocão. Propôs também que as visitas não ocorram todas no mesmo mês, sugerindo uma primeira visita para o dia 11 de fevereiro, com outra em 25 de fevereiro, e uma terceira no dia 11 de março.

Roseli Kraemer sugeriu que, em vez de se concentrar apenas em alguns territórios, seria importante traçar um roteiro abrangente para visitas. Ela propôs realizar duas visitas por mês, abordando diferentes regiões de São Paulo. Destacou que São Paulo tem muitos locais que precisam da presença de direitos humanos e que, ao trabalhar com um cronograma de visitas a cada 15 dias, o impacto seria mais significativo.

Alcyr respondeu ao Leandro, informando que existe um grupo de WhatsApp, mas ele não sabe como gerar o link de convite para ele, e mencionou que, de forma não oficial, eles compartilham lembretes de reuniões por ali. Quanto às visitas, Alcyr propôs que as três localidades sugeridas fossem visitadas, deixando claro que não havia um território mais urgente que o outro, e sugeriu que a ordem das visitas poderia ser definida de maneira simples, como por ordem alfabética, ou escolhendo entre as opções como o Minhocão.

Renatinho questionou se as atividades seriam encaminhadas por e-mail, para que todos pudessem acompanhar o progresso.

Alcyr esclareceu que as atividades combinadas serão encaminhadas por e-mail e registradas na ata. Ele corrigiu a agenda, informando que as visitas acontecerão nos dias 11 e 25 de fevereiro, e 18 de março. Além disso, ele mencionou que no dia 11 de março ocorrerá uma formação na Prefeitura da Tiradentes. Quanto às visitas, ele explicou que o transporte de van da Secretaria pode comportar de 15 a 20 pessoas e que é importante incluir a participação de pessoas com trajetória de rua para dar um relato mais sensível sobre as situações abordadas.

Renatinho se ofereceu para participar das visitas, caso seja necessário.

Alcyr registrou na ata o interesse de algumas pessoas, como Adriana e Aline da Secretaria Municipal da Assistência Social, Rosana, Renatinho, Luciana, Beatriz, Gisele, Jennifer Lee (que gostariam de participar da formação).

Alcyr levantou a questão sobre como resolver a quantidade de pessoas interessadas na formação, já que o número é maior do que o grupo consegue levar. Ele sugeriu três opções: conversar e decidir, fazer uma votação, ou organizar um revezamento, com uma lista de interessados e

entrando em contato conforme surgem as agendas e disponibilidades.

Renatinho informa que o nome dele pode ser retirado visto que já tem bastante pessoas para participar da formação.

Leandro perguntou a Alcyr sobre o horário e o local dos encontros para as visitas nos dias 11/02 e 25/02.

Alcyr explicou que, normalmente, os encontros para as visitas começam na Secretaria de Direitos Humanos, com saída marcada para às 9h50. A van é organizada através do setor de transportes e é utilizada para o trajeto, com retorno ao final. Ele também mencionou que a lista de participantes será feita para a formação, com revezamento, pois há um limite de pessoas que podem ser levadas.

Alcyr esclareceu que o espaço de transporte para a formação é limitado e que ele estava se referindo à visita no dia 11 de fevereiro.

Leandro estava se referindo ao dia 11 de março, questionando se havia pouco espaço para a formação nesse dia.

Alcyr explicou que o problema não é o transporte, mas sim a possibilidade de tumultuar a atividade formativa ao levar uma comissão muito grande, explicou o planejamento para as visitas e formações. As visitas estão agendadas para os dias 11 de fevereiro, 25 de fevereiro e 18 de março, com um ponto de encontro na Secretaria de Direitos Humanos às 9h30, para saída às 9h50. Além disso, uma formação está marcada para o dia 11 de março, e ele sugeriu que, conforme surgirem novas demandas ou interesses, a equipe compartilhe os contatos e a disponibilidade dos conselheiros para participação. Ele também propôs a inclusão de um conselheiro do segmento de população em situação de rua na formação e indicou a possibilidade de incluir outras equipes, como o Sesi, se houver interesse.

Alcyr perguntou se alguém gostaria de compartilhar algum informe ou acrescentar algo à reunião, indicando que o ponto de discussão principal já estava finalizado.

Leandro questiona como faz para ter acesso a Ata e Alcyr explicou que a ata será publicada no diário oficial e estará disponível no site da Secretaria e compartilha o link no chat para os participantes acessarem.

Alcyr explicou que a ata geralmente fica pronta em até 15 dias após a reunião. Ela é enviada para os conselheiros para aprovação online, e se não houver resposta dentro de 5 dias, ela é considerada aprovada e então publicada no Diário Oficial. Depois disso, é atualizada no site da Secretaria. Ele também compartilhou um link para o site da Secretaria, onde as atas e outras informações podem ser acessadas, e mencionou que a equipe estava criando um grupo de WhatsApp para divulgar notícias do conselho, embora tenha havido dificuldades com a violência dentro desse espaço anteriormente.

Beatriz Clemente (Fórum da Cidade) está sugerindo que as chamadas para as reuniões sejam enviadas com mais antecedência, em vez de no mesmo dia. Isso ajudaria a organizar melhor a participação, especialmente considerando a correria do dia a dia.

Alcyr informa sobre a próxima reunião ordinária do comitê, que será na próxima semana. Ele menciona que estão tentando adaptar a metodologia para ter uma sala para os conselheiros e outra para a população em geral, mantendo a reunião presencial. Ele também alerta sobre o prazo para envio de pautas, que deve ser feito por e-mail para o comitê, e que a convocatória será enviada amanhã.

Gisele está questionando sobre a votação e a construção de quem está ciente dessa decisão. Ela menciona que, em relação à votação, nem todos estavam informados, mencionando especificamente Bia e Hari como as pessoas cientes dessa construção, que essa decisão foi uma reunião separada entre conselheiros e a população em geral. Ela afirma que, como conselheira, tem direito de participar de todas as discussões e votações, incluindo as relacionadas à sala separada para a população. Também questiona a legitimidade dessa decisão, mencionando que tal separação não está prevista no decreto e pedindo mais transparência e participação de todos os envolvidos.

Alcyr explica que a decisão de ter uma sala separada para conselheiros e população foi discutida e aprovada em uma reunião anterior. Caso Gisele queira mais esclarecimentos ou queira questionar a decisão novamente, pode ser interessante relembrar a ata ou as deliberações feitas na reunião que ele mencionou, mas de qualquer forma, Alcyr informa que isso não está em discussão no momento presente, e, caso Gisele queira discutir mais sobre isso, talvez seja melhor sugerir que ela traga o ponto para uma futura reunião ou consulte a ata da reunião extraordinária para esclarecer os detalhes dessa decisão.

Gisele questiona se Adriana e Alexandre estão cientes da decisão e busca um esclarecimento sobre a pauta da reunião, mencionando que Adriana já havia comentado que não estava ciente sobre isso.

Alcyr está tentando explicar que a proposta foi discutida e aprovada na reunião extraordinária da sexta-feira anterior. Ele reitera que essa decisão foi tomada pela mesa diretora, e foi oficializada na reunião extraordinária.

Gisele está buscando mais clareza sobre isso, possivelmente com a sensação de não ter sido completamente informada ou de que não houve transparência suficiente no processo. Ela quer que outros conselheiros confirmem se estavam cientes da decisão sobre a separação das salas e da estrutura da reunião.

Adriana parece confirmar que a falta de informação levantada por Gisele foi discutida pela mesa diretora na reunião anterior, mas menciona que houve uma complicação em sexta-feira devido à chuva, o que impediu sua participação na votação.

Gisele informa que não entendeu quem votou, pois, segundo o que foi informado, apenas duas pessoas participaram da reunião, sendo que a decisão foi tomada exclusivamente pela mesa diretora. O conselheiro Darcy, por exemplo, não foi visto.

Alcyr indicou a Gisele que, caso ela acreditasse que estivesse infringindo o regimento, seria possível tentar anular as decisões do conselho. Ele sugeriu que ela buscasse um mandato de segurança, mas reafirmou que estavam seguindo o regimento estabelecido.

Alcyr informou a Gisele que encerraria a reunião, pois a discussão em questão já havia ocorrido na semana anterior. Ele destacou que não era o momento de reabrir essa discussão e agradeceu a presença e paciência de todos. Em seguida, mencionou que não seria possível continuar mudando a pauta constantemente ou discutir em comitês que não correspondiam ao assunto, como o GT de zeladoria. Ele ainda ressaltou que, embora o modelo adotado não fosse ideal, era o melhor possível dentro das limitações do momento.

Por fim, agradeceu a todos pela presença e sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 16:30min.

Encaminhamentos

| N. | Descrição dos encaminhamentos | Data |
|----|--|--|
| 01 | Busca Ativa: Armênia, Praça do Patriarca, e, Minhocão. | 11/02/2025 18/02/2025 18/03/2025 |



Karen Fernanda dos Santos Barbosa
Assessor(a) III
Em 19/02/2025, às 16:12.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **119859650** e o código CRC **E9753A7D**.
